

# Simonsen afasta moratória

**RUY VEIGA**

Correspondente

São Paulo — “Em relação às dificuldades de caixa, os projetos financeiros 3 e 4, que a meu ver foram superestimados, poderão ter seus recursos transferidos para o projeto 1, sem nenhuma formalização especial para isso, o que permitiria que varássemos 83 sem a necessidade de uma nova renegociação da dívida externa”.

Essa explicação foi concedida ontem pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen a cerca de cem empresários paulistas em encontro realizado na sede do Caesar Park Hotel, em São Paulo. O ministro disse que não está descartada uma renegociação da dívida, mas esta, em sua opinião, não seria necessária, caso o Brasil remanejasse os recursos adquiridos em cada um dos projetos.” Uma negociação em separado com cada banco privado estrangeiro, feita em particular, permitirá essa transferência.

Simonsen mostrou-se relativamente otimista quanto à situação do *Front* externo. Para ele, o Brasil poderá sair-se bem por meio dos recursos já obtidos, embora reconheça que haverá apertos em alguns momentos. “Em 83, teremos sempre problemas de liquidez curta, mas é importante que tenhamos em vista que o Mundo não acabará em 83. O ano que vem também existe”.

No *front* interno, o ministro lembrou dos problemas:

1 - a falta de um orçamento unificado.

2- A existência na economia de um sistema de indexação extremamente rígido e desusado.

Na opinião de Simonsen, a

existência de três orçamentos - monetário, fiscal e das estatais - impede que se tenha uma transparência das contas públicas. Para ele, é uma situação antidemocrática e pouco motivadora à opinião pública que não se sente com obrigação a controlar estas contas. “O sistema atual permite ao governo aumentar suas despesas públicas sem passá-las por controles políticos. Isto dá ao governo uma propensão para gastar mais”.

Quanto à indexação da economia, ele a vê como extremamente problemática, uma vez que ela ocorreu numa época de contenção de oferta, e que gerou uma exacerbação nas taxas de juros reais e uma recessão indevida,” como o Brasil nunca assistira desde a década de 30”. Para Simonsen, se houver, e no momento ocorre, um sistema

de expansão monetária farto, todos os fatores indexadores contribuem para levantar a inflação. O ex-ministro considera necessária uma desindexação total da economia, como forma de combater o processo inflacionário.

Para Simonsen, é essencial que o governo adote com urgência uma medida de caráter político e combata a indexação da economia e promova a unificação dos orçamentos. Isto sob pena de não ter uma economia saneada nos próximos anos.

Em relação a previsões inflacionárias, o ex-ministro colocou que o grande problema que ele vê no IGP e EE de março não é o índice de 10,1 por cento, mas a realimentação da inflação que ocorrerá caso os efeitos do índice se propaguem. A inflação no primeiro trimestre deste ano é de 27,9 por cento, o que, segundo

Simonsen, exigirá que se mantenha uma taxa de cinco por cento ao mês a partir de abril para que se cumpra a meta dos dois dígitos. “Caso a meta seja ainda os noventa por cento, o índice mensal terá de ser no máximo de 4,5 por cento”.

Do ponto de vista de Simonsen, o governo precisa fazer um corte significativo em suas despesas para impedir que a base monetária venha a explodir.

O “orvernigh” apresenta taxas altas (dezenove por cento no dia de ontem) porque o governo necessita emitir títulos para cumprir seus compromissos. “o fulcro da questão é que o governo, por não ter um orçamento unificado, fica facilitado a conceder subsídios. Por outro lado, há a indexação que faz com que o governo receie retirar os subsídios para não criar uma inflação corretiva”.